

## Entrevista de José Medeiros Ferreira: as relações económicas e comerciais entre Portugal e a CEE (Lisboa, 25 Outubro 2007)

**Source:** Interview de José Medeiros Ferreira / JOSÉ MEDEIROS FERREIRA, Miriam Mateus, prise de vue : François Fabert.- Lisbonne: CVCE [Prod.], 25.10.2007. CVCE, Sanem. - VIDEO (00:12:24, Couleur, Son original).

**Copyright:** Transcription Centre Virtuel de la Connaissance sur l'Europe (CVCE)  
All rights of reproduction, of public communication, of adaptation, of distribution or of dissemination via Internet, internal network or any other means are strictly reserved in all countries.  
Consult the legal notice and the terms and conditions of use regarding this site.

**URL:**

[http://www.cvce.eu/obj/entrevista\\_de\\_jose\\_medeiros\\_ferreira\\_as\\_relacoes\\_economicas\\_e\\_comerciais\\_entre\\_portugal\\_e\\_a\\_cee\\_lisboa\\_25\\_outubro\\_2007-pt-523096dd-8ec5-4380-a03e-a92aa8e25e6d.html](http://www.cvce.eu/obj/entrevista_de_jose_medeiros_ferreira_as_relacoes_economicas_e_comerciais_entre_portugal_e_a_cee_lisboa_25_outubro_2007-pt-523096dd-8ec5-4380-a03e-a92aa8e25e6d.html)



**Last updated:** 04/07/2016

## Entrevista de José Medeiros Ferreira: as relações económicas e comerciais entre Portugal e a CEE (Lisboa, 25 Outubro 2007)

[Miriam Mateus] Qual era a relação, ou digamos a natureza das relações económicas entre Portugal e os países comunitários, nessa altura?

[José Medeiros Ferreira] Bem, nós estávamos num período de forte transição, talvez é capaz de levar um certo tempo a explicar. Porque é assim: Portugal tinha saído, independentemente agora da queda da ditadura, Portugal tinha feito a sua integração europeia, sei que o que vou dizer não é muito sublinhado, pelo menos entre nós, mas Portugal tinha feito a sua integração europeia um pouco na órbita da Inglaterra. A Grã-Bretanha, por motivos vários, não havia participado no Tratado de Roma, vai dar origem à EFTA, não é assim? Portugal será membro fundador da EFTA, conjuntamente com vários países, entre os quais a Grã-Bretanha.

Em 1962, a Grã-Bretanha pediu para aderir ao Mercado Comum, ou à Comunidade Económica Europeia, tendo em conta o sucesso inicial do Tratado de Roma a partir de 1957/58. Em 1962, a Grã-Bretanha pede a adesão. Portugal, no seguimento desse pedido de adesão, embora sendo o último país da EFTA a fazê-lo, também o faz, também pede a abertura de negociações com o Mercado Comum. Essas negociações vão ser interrompidas e vão caducar porque, como sabemos da história geral, a França do general de Gaulle não vai aceitar o pedido de negociações da Grã-Bretanha em 1962. Portugal também acaba por, digamos, se desinteressar desse pedido de adesão ou de negociações.

E já agora digo que aqui na Universidade Nova há uns trabalhos de alunos meus sobre esse pedido de 1962, que podem interessar o vosso Centro e já há artigos publicados nesse domínio.

Depois, a partir da substituição do general de Gaulle pelo presidente Pompidou, reabre-se as negociações com a Grã-Bretanha, a partir de 1969. Essas negociações vão terminar em 1972, com a entrada da Grã-Bretanha, da República da Irlanda, da Dinamarca e só não entra a Noruega porque um referendo norueguês o impediu. Nessa mesma ocasião, Portugal estabelece um acordo comercial com o Mercado Comum, ou com a Comunidade Económica Europeia (CEE), que é o célebre acordo de 1972 na perspectiva exactamente de que a Grã-Bretanha, ou Reino Unido, iria entrar na Comunidade Económica Europeia e, portanto, a gravitação dos países da EFTA incluiria a partir daí também um acordo especial de comércio com a Comunidade Económica Europeia. Portanto, Portugal segue esse circuito.

Esse acordo de 1972, que foi muito discutido em Portugal, tendo em conta que estamos em pleno Marcelismo e tendo em conta que continuava a guerra colonial, tinha a chamada clausula evolutiva que permitia, a partir do acordo de 1972, aperfeiçoar alguns mecanismos - que aliás foram aperfeiçoados já durante o regime democrático - e as negociações vão ser concluídas durante o primeiro Governo Constitucional. E são esses protocolos adicionais ao acordo de 1972 que eu vou assinar em Bruxelas em Setembro - agora falha-me a data exacta, mas penso que é 20 ou 21 de Setembro -, que é o protocolo adicional, o protocolo financeiro, o protocolo industrial, o protocolo comercial, tendo nessa altura feito um discurso em que dizia mais ou menos o seguinte: «As virtualidades do acordo de 1972 estão esgotadas, Portugal quer passar a uma nova fase das suas relações com a Comunidade Económica Europeia e essa nova fase das suas relações com a Comunidade Económica Europeia será caracterizada pelo depósito do pedido de adesão ao Tratado de Roma, artigo 236º - se a memória agora não me falha -, portanto a adesão plena, no momento oportuno». Foi a frase diplomática, digamos assim, que eu pronunciei em Bruxelas a 21 de Setembro de 1976.

A partir daí, como é óbvio, todos os Estados-Membros, que eram nove na altura - as negociações com a Grécia decorriam - ficaram avisados de que Portugal iria pedir em momento oportuno a adesão à Comunidade Económica Europeia.

[Miriam Mateus] Portanto, retomando talvez de uma forma um pouco mais concreta. Dizia há pouco que representou o primeiro Governo Constitucional de Portugal na assinatura a 20 de Setembro de 1976, em Bruxelas, do protocolo adicional ao acordo de 1972, do protocolo financeiro e do acordo interino com a

CEE. Dizia, de uma forma mais concreta, em que medida estes acordos foram importantes para o País? E como é que se passaram as negociações que levaram aos acordos?

[José Medeiros Ferreira] As negociações foram relativamente fáceis porque esses protocolos, ao fim e ao cabo, não tiveram uma grande expressão. Era apenas, digamos, sinalizar que Portugal queria manter o que tinha sido adquirido em 1972 e, a partir daí, encaminhar-se rapidamente para o pedido de adesão. Portanto, os protocolos adicionais, no fundo, serviram-nos de «andaime», como se diz em português, para por o pé mais alto no edifício da construção europeia. Foi por isso que eu declarei, nessa altura, que a cláusula evolutiva do acordo de 1972 estava esgotada. Nós não queríamos continuar a trabalhar nas nossas relações com a Comunidade Económica Europeia a partir de um acordo que não nos permitia estar no núcleo duro da Comunidade Económica Europeia, não nos permitia participar nas instituições comunitárias, desde a Comissão [Europeia], o Parlamento Europeu, o Conselho de ministros e o Tribunal do Luxemburgo. Portanto, o acordo de 1972, de certa maneira, era um obstáculo se continuasse a ser evocado por nós para o verdadeiro objectivo estratégico do primeiro Governo Constitucional, que era o pedido de adesão plena, ou seja, que Portugal passasse a integrar os órgãos comunitários e que não fosse um parceiro como a Turquia, como a Grécia, ainda nessa altura, embora já estivesse a negociar. E, já agora, porque não referir que o nosso pedido de adesão antecederse o pedido de adesão da Espanha, não é verdade? Dado que, do ponto de vista da evolução do regime democrático, Portugal estava mais avançado nessa altura do que a Espanha, não é?

[Miriam Mateus] Sabemos que o Reino Unido e Portugal são dois membros fundadores da EFTA, dois países que sempre mantiveram relações económicas e comerciais privilegiadas. Com a saída do Reino Unido, portanto quando este aderiu às Comunidades Europeias em 1973, pensa que a posição da EFTA ficou enfraquecida? E acha que esta saída influenciou de alguma forma a posição de Portugal em relação à EFTA?

[José Medeiros Ferreira] Bem, eu creio que, do ponto de vista da História, está demonstrado que a saída da Grã-Bretanha da EFTA para aderir à Comunidade Económica Europeia foi a primeira etapa do fim da EFTA, não é assim? Passados estes anos todos, portanto, se quisermos assinalar o processo, podemos dizer que quando a Europa passou de doze para quinze membros, a Europa dos Quinze foi o atestado de que a EFTA tinha terminado efectivamente, porque a EFTA sempre foi de certa maneira, digamos, uma estrutura de acolhimento transitório para os Estados que mais cedo ou mais tarde iriam entrar na Comunidade Económica Europeia.

Nessa altura havia um problema ditado pela Guerra Fria que talvez tivesse impedido no imediato que alguns países neutros como a Finlândia, por exemplo, ou a Áustria - não vou falar da Suíça, que é um tipo de neutralidade diferente - tivessem entrado de imediato na Comunidade Económica Europeia. Mas a partir do momento em que termina a Guerra Fria e se dá a reunificação da Alemanha, e portanto todo este processo está ultrapassado, esses países que podiam ter alguma dificuldade formal de entrada na Comunidade Económica Europeia, como a Finlândia e a Áustria, vão fazê-lo e vão fazê-lo naturalmente porque as suas economias já estão muito orientadas para a economia de mercado que ditava as suas regras na Comunidade Económica Europeia. Portanto, foi um processo natural. Dos países da EFTA, se a memória não me falha, o único país que não entrou foi a Suíça, não é assim?

E portanto, desde a entrada da Grã-Bretanha - para responder concretamente à sua pergunta, como gosta - que o fim da EFTA estava assinalado porque sempre foi do ponto de vista da estratégia britânica, digamos, uma antecâmara, confortável é certo, para a sua futura entrada na Comunidade Económica Europeia. E para Portugal acabou por ser isso também, não é assim? A história económica portuguesa e até parte da história política - embora eu discorde aqui e ali dessa interpretação - gosta muito de assinalar que a entrada de Portugal na EFTA foi uma espécie de primeira fase de integração europeia, e foi-o certamente em termos, digamos, de uma liberalização das trocas, de uma liberalização comercial, ainda com o grande conforto que foi o celebre «Anexo G» que foi negociado em 1959-1960. E, portanto, desse ponto de vista, a EFTA não foi sempre um factor de integração europeia, mas uma outra lógica bem diferente do que foi a Comunidade Económica Europeia. Eu diria que a Comunidade Económica Europeia era o objectivo real de um país como o Reino Unido, não é?

E Portugal, nessa altura, para dizer tudo, estava muito ligado ao Reino Unido, entre outras razões, porque as

suas trocas comerciais com o Reino Unido e parte do investimento estrangeiro em Portugal, mas sobretudo as trocas comerciais, eram muito maiores de que o que são agora. Portugal dependia muito de uma abertura simétrica dos mercados entre o Reino Unido e Portugal, não é assim?